

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 1 - Contexto Operacional: os dados apresentados compreendem órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do RS.

Nota 2 - Critério de apropriação: Considerou-se como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Operações Intra-orçamentárias: De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intra-orçamentárias. O quadro a seguir demonstra, resumidamente, sua execução durante o exercício financeiro:

Receitas		Despesas			
Natureza da Receita	Valor arrecadado	Natureza da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago
7.0.0.0.00.00 - Receitas Correntes Intra orçamentárias	5.588.592,46	3.1.9.1.00.00.00.00 Despesas Correntes Intra Orçamentárias	5.513.009,96	5.513.009,96	4.761.856,45
		3.2.9.1.00.00.00.00 Despesas Correntes Intra Orçamentárias	14.444,72	14.444,72	14.444,72
		4.6.9.1.00.00.00.00 Despesas de Capital Intra Orçamentárias	29.064,92	29.064,92	29.064,92
TOTAIS	5.588.592,46		5.556.519,60	5.556.519,60	4.805.366,09

Nota 4 - Repasses Concedidos: De acordo com a Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representaram as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo conforme orçamento inicial do Legislativo (Contas 3.5.1.1.2.02 e 4.5.1.1.2.02)	R\$ 1.506.915,07
--	------------------

Nota 5 – Créditos Adicionais Utilizados: O Município de Restinga Seca obteve ao longo do exercício de 2020 um excesso de arrecadação no montante de R\$ 10.112.836,65 e, desse montante utilizou para o incremento da dotação inicial o valor de R\$ 7.400.012,70. Da mesma forma utilizou recursos do superávit do exercício anterior no total de R\$ 4.033.094,14. Também podemos verificar que se olharmos somente a Unidade Gestora Prefeitura Municipal o excesso de arrecadação fora de R\$ 9.514.483,15 e o superávit financeiro utilizado para o incremento do orçamento do ano fora de R\$ 4.011.094,14.

Nota 6 - Utilização do Superávit Financeiro: O quadro a seguir demonstra o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior e a sua utilização, durante o exercício financeiro de 2020, como fonte de abertura de créditos adicionais.

Fonte de Recursos	Superávit Financeiro Apurado em 31/12/2019	Valor utilizado como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais
01	276.721,45	276.721,45
50	23.070,86	22.000,00
1001	103.084,37	94.004,00
1002	16.793,90	16.793,90
1006	17.845,78	17.845,78
1007	135.773,12	128.942,00
1018	18.119,79	500,00
1020	46,31	0,00
1021	18.983,21	15.233,21
1045	1.416,00	0,00
1056	16.880,04	1.200,00
1066	27.172,73	27.172,73
1078	6.541,25	0,00
1083	2.434,50	460,00
1111	22.916,88	18.000,00
1112	142.029,19	74.500,00

1118	144.122,17	117.541,00
1125	164.096,98	164.096,98
1126	3.868,03	3.868,03
1158	1.951,63	1.951,63
1175	10.672,47	4.778,00
1179	185,60	0,00
1187	179,27	0,00
1191	15.921,79	10.116,00
2016	524.797,64	524.797,64
2019	4.097,44	4.097,44
2020	1.039,72	0,00
2030	245,93	0,00
2033	92.262,83	0,00
2035	19.957,16	19.476,06
2039	73.043,12	67.548,82
2040	5.378,24	0,00
2049	300,00	0,00
2050	24.302,71	24.302,71
2051	26,28	26,28
2052	2.943,44	2.943,44
2054	20.708,13	20.708,13
2055	33.923,32	33.923,32
2057	4.377,14	0,00
2059	20.057,11	0,00
2060	444.128,71	444.000,00
4002	42.671,18	14.725,00
4011	113.588,35	113.588,35
4050	16.897,24	0,00
4080	175,90	175,90
4090	85.432,12	39.100,00
4160	3.772,71	0,00
4170	14.782,34	0,00
4292	253,59	253,59
4500	495.910,17	495.910,17
4501	317.846,10	317.846,10
4502	2.147,28	2.147,28
4503	3.259,39	0,00
4505	1.121.955,90	911.799,20
4506	3.810,78	0,00
4507	20.647,46	0,00
TOTAL	4.685.566,75	4.033.094,14

Nota 7 - Restos a Pagar: As despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2020, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar processados e não processados. Durante o exercício, foram consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, também foram consideradas aquelas inscritas em restos a pagar não processados, que foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados, nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei Federal nº

4.320/64. Para fins de inscrição foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 1 - Contexto Operacional: O Município de Restinga Seca, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por dez Secretarias, um Fundo de Previdência e o Poder Legislativo.

Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: O Balanço Patrimonial e demais demonstrações foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e demais disposições e normativas vigentes.

Nota 3 - Créditos a Receber a Curto e a Longo Prazos: Os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos líquidos a receber, ou seja, já deduzidos os ajustes para perdas, por créditos tributários e não tributários, dívida ativa, transferências voluntárias a receber, empréstimos e financiamentos concedidos e outros créditos e valores a receber. Valores realizáveis em até 12 meses foram classificados no curto prazo, e representam 83,% do total dos créditos. O restante, correspondente a 17% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante. Especialmente em relação à dívida ativa, os valores a curto prazo, constam dos saldos dos valores parcelados até 12 meses do período das demonstrações contábeis. Já o ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desse dado, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas em contas redutoras do ativo.

O quadro a seguir detalha a composição dos saldos existentes em 31/12/2019;

Créditos de Curto Prazo	Saldo	Créditos de longo Prazo	Saldo
1.1.2.1.1.00 – Créditos Tributários a Receber - Consolidação	29.300.881,39	1.2.1.1.1.03 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.487.896,46

		1.2.1.1.1.04 – Dívida Ativa Tributária	6.530.586,93
1.1.2.3.3.00 – Créditos de Transferências a Receber - Inter OFSS União	286.104,94	1.2.1.1.1.05 – Dívida Ativa Não Tributária	3.354.144,22
1.1.2.4.0.00 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.371.587,59	1.2.1.1.1.99.04 – (-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária a LP	(5.306.104,41)
1.1.2.5.0.00 – Dívida Ativa Tributária	339.932,85	1.2.1.1.1.99.05 – (-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária a LP	(1.756.461,44)
1.1.2.6.0.00 – Dívida Ativa Não Tributária	718.320,91	1.2.1.1.2.06.00 – Créditos Previdenciários do RPPS	408.365,03
1.1.2.9.1.04 – (-) Perdas Estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	(331.941,61)		
1.1.2.9.1.05 – (-) Perdas Estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(709.022,07)		
Total dos Créditos e Valores a Receber a Curto Prazo	30.975.864,00		6.718.426,79

Nota 4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazos: Os saldos apresentados no corpo da demonstração se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas, referentes as aplicações das disponibilidades do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as quais se processaram de acordo com a Resolução nº 3.922/2010, do Conselho Monetário Nacional.

Título/Subtítulo	Saldo
1.1.4.1.1.09 – Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	44.426.643,52
1.1.4.1.1.10 – Aplicações em Segmento de Renda Variável - RPPS	5.089.760,75
Total dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - RPPS	49.516.404,27

Nota 5 – Estoques: Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, com o objetivo utilização própria no curso normal das atividades. Em 31 de

dezembro de 2020 o estoque apresentou um saldo de R\$ 49.724,32, conforme informação do setor de almoxarifado e contabilizado pelo ente.

Nota 6 – VPD Pagas Antecipadamente: Os saldos apresentados são relativos aos pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo, tais como prêmios de seguros pagos antecipadamente e assinaturas de jornais, revistas e periódicos. Em 2020 essa rubrica apresentou um saldo de R\$ 27.842,75. Em relação ao exercício anterior, apresentou uma variação negativa de R\$ 19%, identificando a baixa pela apropriação do exercício anterior, bem como a diminuição dessas despesas neste exercício em relação ao anterior.

Nota 7 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: Os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos a receber provenientes de adiantamentos concedidos a servidores, créditos por danos ao patrimônio público, depósitos restituíveis (cauções), créditos previdenciários do RPPS parcelados a receber, conforme quadro seguinte:

Título/Subtítulo	Saldo
1.1.3.1.1.01 – Adiantamentos Concedidos - Consolidação	10.930,26
1.1.3.1.1.04 – Adiantamentos a Fornecedores	43.887,30
1.1.3.6.2.00.00 - Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	44.901,36
1.1.3.8.1.00.00 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	229.584,62
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	329.303,54

Nota 8 – Investimentos: Os investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, ou seja, a participação nas ações de outras empresas; estas representaram um montante total de R\$ 8.154,95. Da mesma forma, estão classificados nesse título a avaliação das participações em Consórcios Públicos, de acordo com as prescrições da Portaria STN nº 72/2012 e estas últimas representam o valor mais significativo desse grupo que totalizou o montante de R\$ 613.048,89.

Nota 9 - Imobilizado: Bens Móveis: Os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos (já descontada a depreciação e ajuste a valor recuperável) constante no inventário patrimonial realizado. Ressalta-se ainda que o método de depreciação utilizado pelo Ente é o de Cotas Constantes.

Nota 10 – Imobilizado – Bens Imóveis: Os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Estando abrangidos os Bens de Uso Especial, os Bens Dominicais, os Bens de Uso Comum do Povo e os Bens Imóveis em Andamento. Ressalta-se que quanto aos bens imóveis o processo de inventário ainda não está concluído por parte da comissão inventariante e do setor de

patrimônio, sendo que a contabilidade mantém valores históricos e que foram movimentados através das várias aquisições ao longo dos anos, mas que tão logo esteja concluída a etapa do inventário dos mesmos serão então conciliados e ajustados a valores presentes, tal como foi realizado com os bens móveis.

Nota 11 – Intangível: O saldo de R\$ 1.259,22 representa a aquisição de software para desenvolvimento de projetos do setor de engenharia do Município

Nota 12 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo: O saldo de R\$ 69.720,51, representa os créditos a receber decorrente de alienação de imóveis que eram do Município e que foram objeto de venda parcelada, sendo essas as parcelas realizáveis após os doze meses do exercício.

Nota 13 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: Compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, valores devidos ao fundo de previdência, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foram classificados no longo prazo. O quadro a seguir demonstra, para efeitos de comparação, os valores registrados a curto e a longo prazos:

Obrigações Trab, Prev e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trab, Prev e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1 Pessoal a Pagar	2.862.175,44	2.2.1.1 Pessoal a Pagar	466.871,71
2.1.1.2 Benefícios Previdenciários a Pagar	1.353,59	2.2.1.4 Encargos Sociais a Pagar	538.073,64
2.1.1.4 Encargos Sociais a Pagar	846.737,25		
TOTAL	3.710.266,28		1.004.945,35

Nota 11 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo: Os saldos são apresentados pelos valores líquidos das obrigações, devidamente atualizado e ajustado em 31/12/2020, sendo proveniente de duas operações de créditos contratadas, sendo uma com o Banco do Brasil e outra com o Badesul, para a aquisição de máquinas e equipamentos, cujas as parcelas exigíveis até os 12 meses do exercício de 2021 constam com seus valores no curto prazo e as parcelas exigíveis após o término do exercício de 2021 constam com seus valores no

longo prazo. No Longo Prazo também consta a operação de crédito com o Finisa, onde parte dos repasses foram efetuados em 2020, o quadro seguinte identifica esses valores:

2.1.2.3 Financiamento a Curto Prazo Interno	546.018,60	2.2.2.3 Financiamento a Longo Prazo - Interno	1.865.332,45
TOTAL	546.018,60		1.865.332,45

Nota 12 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo: Os valores registrados nesses títulos são decorrentes de obrigações junto a fornecedores de mercadorias e materiais utilizados nas atividades operacionais dos órgãos da administração direta. Compreende também as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, obrigações tributárias com a União e, inclusive, os precatórios não trabalhistas, enquadrados no regime especial de parcelamento e exigíveis após os 12 meses do exercício. Também estão inseridos nesse grupo os valores inscritos em restos a pagar processados. Os saldos apresentados compreendem os valores empenhados e liquidados e também aqueles que, embora não empenhados foram reconhecidos pelo regime de competência. O quadro seguinte sintetiza essas contas:

2.1.3.1.1.00 Fornecedores Não Parcelados a Pagar	537.760,73	2.2.3.1.1.06.03.00 - Precatórios de Contas a Pagar - Regime Especial	38.019,46
TOTAL	537.760,73		38.019,46

Nota 13 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo: Compreende o saldo das obrigações dos órgãos da Administração Municipal, relativas a contribuição ao PASEP devidas à União, conforme quadro seguinte:

2.1.4.1.3.00 Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS	36.408,18		
TOTAL	36.408,18		

Nota 14 – Demais Obrigações a Curto Prazo: Esse grupo representa os valores descontados em folha a título de consignações, demais valores restituíveis, os depósitos em favor de terceiros, as obrigações de caráter indenizatório e repasses a entidades. O quadro a seguir demonstra esses valores:

2.1.8.8.1.01.00 Consignações	419.014,11		
2.1.8.8.1.04.00 Depósitos Não Judiciais	55.291,64		

2.1.8.8.1.99.00 Outros Valores Restituíveis	3.847,67		
2.1.8.9.1.00.00 Indenizações e Restituições	48.479,76		
TOTAL	526.633,18		

Nota 15 – Provisões a Curto e Longo Prazo: Segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. No curto prazo, as provisões apresentam o saldo das provisões de férias anuais, porque a provisão para o décimo terceiro foi liquidado no dia 09 de dezembro de 2020. A provisão de férias está incorporada ao saldo total do Pessoal a Pagar (nível 2.1.1.1) e representa 83,51% do total do Pessoal a Pagar. As Provisões de longo prazo abrigam as provisões matemáticas previdenciárias do regime próprio de previdência social (RPPS). Essa rubrica, registrada de acordo com a avaliação atuarial realizada e representa 92,59% do total do Passivo Não Circulante da Entidade.

Provisões a Curto Prazo	Saldo	Provisões a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.1.01.03 – Férias	2.347.420,08	2.2.7.2.0 – Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	49.384.850,44
Total Provisões a Curto Prazo	2.347.420,08	Total Provisões a Longo Prazo	49.384.850,44

Nota 16– Patrimônio: Compreendem o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelo saldo dos ajustes de avaliação patrimonial e pelos resultados acumulados ao longo dos exercícios, os quais abrigam superávits e déficits de exercícios anteriores e o superávit ou déficit apurado no exercício corrente. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit de R\$ 22.464.904,31. O patrimônio líquido apresentou um crescimento de 36,77% em relação a 2019. O saldo patrimonial evidencia o patrimônio do Fundo de Previdência (RPPS), da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Vereadores. Os valores da variação do patrimônio líquido de cada um dos órgãos fora o seguinte: A Prefeitura Municipal encerrou o exercício de 2020 com um resultado superavitário no valor de R\$ 21.750.462,10, a Câmara Municipal de Vereadores encerrou com um resultado superavitário no valor de R\$ 23.637,46 e o Fundo de Previdência Municipal (RPPS) encerrou com um resultado superavitário no valor de R\$ 690.804,75, com isso chegamos ao total consolidado de acréscimo do Patrimônio Líquido no montante de R\$ 22.464.904,31, provocado em grande parte (96,82%) do bom desempenho do ente Prefeitura Municipal, gerado em grande parte pelas transferências inter governamentais e pelo ganho com incorporação de ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 01 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: Em relação a esse item cabe destacar que, em razão do processo de convergência aos padrões de contabilidade estabelecido pelas NBCASP, e de acordo com o MCASP, foram efetuados vários ajustes para a adoção do valor de mercado para bens do ativo. A valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos tiveram um acréscimo de R\$ 16.553.384,01 em relação ao exercício anterior e o principal fator desse crescimento foi o ganho com a desincorporação de passivos, resultantes do acréscimo do saldo dos empréstimo concedidos a receber (26%) e o restante do saldo (74%) são resultantes do acréscimo do ativo imobilizado, mais precisamente dos bens imóveis, em decorrência da realização do inventário dos bens imóveis que estavam desatualizados há anos e que nesse exercício começaram a ser regularizados pela comissão de inventário e patrimônio.

Nota 02 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais não incluídas nos grupos anteriores, tais como: reversão de provisões e ajustes de perdas e diversas variações patrimoniais aumentativas. Os registros nesse item somaram R\$ 1.768.337,23, representando um decréscimo de R\$ 4.322.954,39 em relação ao exercício anterior, fato decorrente em grande parte da reversão da provisão do décimo terceiro, férias e da dívida ativa não tributária. O registro em outras variações patrimoniais aumentativas decorrem de receitas oriundas de multas por auto de infração, ônus de sucumbência, receitas provenientes do fundo de assistência social, certidão de decisão do TCE/RS, programa troca-troca e demais restituições de valores. O total do grupo teve um decréscimo de 6% em relação ao exercício de 2019.

Nota 03 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: Em função da continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Municipal, nesse item, os registros de reavaliação do ativo imobilizado e da depreciação somaram R\$ 3.776.489,81, apresentando um acréscimo de R\$ 4.611.056,89 em relação ao exercício anterior. Tivemos em contrapartida uma diminuição de R\$ 3.428.881,28 na desincorporação de ativos e um aumento de R\$ 56.882,93 na incorporação de passivos, ambos comparados ao exercício de 2019.

Nota 04 - Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: Em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a origem e o destino dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em vista tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar.

ORIGEM E APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	
Alienação de Bens Móveis	230.710,00
Alienação de Bens Imóveis	107.016,64
Rendimentos de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	14.176,15
TOTAL DAS ORIGENS	351.902,79
Despesas de Capital	189.359,44
Investimentos	189.359,44
TOTAL DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	189.359,44
SALDO NÃO APLICADO	162.543,35

Nota 05 - Resultado Patrimonial do Exercício: Como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo no montante de R\$ 22.464.904,31. Esse resultado é consolidado, porém se verificarmos isoladamente cada um dos entes que compõe o balanço do Município temos os seguintes valores: O ente Prefeitura Municipal encerrou o exercício de 2020 com um superávit de R\$ 21.750.462,10, a Câmara Municipal de Vereadores com um superávit de R\$ 23.637,46 e o Fundo de Previdência (RPPS) com um superávit no montante de R\$ 690.804,75 resultando, dessa forma no resultado consolidado apurado.

WILLIAM MARQUES RIBEIRO

CONTADOR

CRCRS 60.666

